



## Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2020

Aracaju, 14 de maio de 2020 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe”, “ESE” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1. Considerações gerais

A Energisa Sergipe atende aproximadamente 790 mil clientes cativos e 73 livres e uma população de cerca de 2 milhões de habitantes em 63 dos 75 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.493 Km<sup>2</sup>

### 2. Desempenho econômico-financeiro

#### 2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia 1T20:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T20	1T19	Variação %
Receita Operacional Bruta	486,4	526,9	- 7,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	467,6	512,3	- 8,7
Receita Operacional Líquida	332,9	371,4	- 10,4
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	314,1	356,8	- 12,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	63,0	50,6	+ 24,6
EBITDA	79,5	66,8	+ 18,9
EBITDA Ajustado	85,5	72,2	+ 18,4
Resultado financeiro	(16,2)	(0,3)	+ 6.076,4
Lucro Líquido	39,6	40,3	- 1,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	790,6	780,0	+ 1,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	663,2	644,1	+ 3,0
Vendas de energia a consumidores cativos + livre (TUSD) - (GWh)	775,1	803,4	- 3,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	10,01	9,88	+ 0,13 p.p.
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	25,7	19,4	+ 6,2 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2020	31/12/2019	Variação %
Ativo Total	1.940,3	1.975,3	- 1,8
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	144,6	169,4	- 14,6
Patrimônio Líquido	343,2	355,4	- 3,4
Endividamento Líquido	998,9	955,0	+ 4,6

(1) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE. | (2) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3. Desempenho operacional

#### 3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 775,1 GWh, redução de 3,5% em relação ao mesmo período de 2019. Esse resultado foi influenciado principalmente pela classe industrial, que apresentou queda de 30,5% (ou 56,0 GWh), proveniente da saída de um grande cliente para a rede básica.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>Residencial</b>	<b>306,6</b>	<b>288,6</b>	<b>+ 6,2</b>
<b>Industrial</b>	<b>127,9</b>	<b>183,9</b>	<b>- 30,5</b>
Cativo Industrial	46,8	47,0	- 0,4
Livre Industrial	81,1	136,9	- 40,8
<b>Comercial</b>	<b>159,2</b>	<b>157,7</b>	<b>+ 0,9</b>
Cativo Comercial	128,5	135,4	- 5,1
Livre Comercial	30,8	22,4	+ 37,4
<b>Rural</b>	<b>38,1</b>	<b>35,2</b>	<b>+ 8,3</b>
Cativo Rural	38,1	35,2	+ 8,3
Livre Rural	0,0	0,0	-
<b>Outros</b>	<b>143,3</b>	<b>137,9</b>	<b>+ 3,9</b>
Cativo Outros	143,3	137,9	+ 3,9
Livre Outros	0,0	0,0	-
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>663,2</b>	<b>644,1</b>	<b>+ 3,0</b>
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>111,9</b>	<b>159,3</b>	<b>- 29,8</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>775,1</b>	<b>803,4</b>	<b>- 3,5</b>
<b>4 Fornecimento não faturado</b>	<b>5,2</b>	<b>9,5</b>	<b>- 45,0</b>
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>780,4</b>	<b>812,9</b>	<b>- 4,0</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 790.639 unidades consumidoras cativas, número 1,4% superior ao registrado no mesmo período de 2019 (779.965), e com 73 consumidores livres.

#### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

Na ESE, após um 2019 desafiador em função da pressão do aumento de perda não técnica, e da execução de um plano adicional que assegurou um desempenho melhor que a meta regulatória, a distribuidora manteve a performance e apresentou em março de 2020 um resultado de destaque com redução de 0,16 ponto percentual em relação a dezembro de 2019. O crescimento de 0,13 ponto percentual em relação a março de 2019 deve-se à migração de um grande consumidor para a Rede Básica, que reduziu o volume de energia injetada e impactou as perdas em 0,55 ponto percentual. É importante destacar que o valor em março de 2020 foi 13 GWh menor que março de 2019. Adicionalmente, essa concessão se encontra abaixo de seu limite regulatório em 0,39 ponto percentual.

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
7,09	7,49	7,63	2,79	2,68	2,38	9,88	10,17	10,01	10,40

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%)
mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	mar/19	dez/19	mar/20	
252,7	256,6	258,5	99,5	91,8	80,6	352,2	348,4	339,1	- 2,7

(1) Variação março de 2020/dezembro de 2019. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 3.3. Gestão da Inadimplência

#### 3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
ESE	0,88	0,39	+ 0,49



#### 3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/20	mar/19	Varição em pontos percentuais
ESE	97,32	98,03	- 0,72

### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A ESE alcançou DEC de 10,75 horas, elevação de 0,43 horas, em função, principalmente, de forte elevação de chuvas e descargas atmosféricas na comparação com março/2019. Apesar desse impacto, o FEC alcançou 4,75 vezes, redução de 1,02 vezes, alcançando seu menor valor histórico.

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/20	mar/19	Var.(%)	mar/20	mar/19	Var.(%)		
Média móvel 12 meses								
ESE	10,75	10,32	+ 4,2	4,75	5,77	- 17,7	12,03 	8,11 

## 4. Desempenho Financeiro

### 4.1. Receita Operacional

No 1T20, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 467,6 milhões, ante R\$ 512,3 milhões registrados no 1T19, redução de 8,7% (R\$ 44,7 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou redução de 12,0% (R\$ 42,7 milhões) no trimestre, para R\$ 314,1 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre		
	1T20	1T19	Variação %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>410,7</b>	<b>385,6</b>	<b>+ 6,5</b>
✓ Residencial	216,6	196,9	+ 10,0
✓ Industrial	26,0	25,9	+ 0,2
✓ Comercial	95,9	96,8	- 0,9
✓ Rural	14,8	12,7	+ 16,9
✓ Outras classes	57,3	53,3	+ 7,5
(+) Suprimento de energia elétrica	31,0	81,0	- 61,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	2,8	6,5	- 57,4
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	15,8	16,0	- 0,8
(+) Receitas de construção	18,8	14,6	+ 28,5
(+) Constituição e amortização - CVA	(17,9)	(6,9)	+ 158,2
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	20,5	22,3	- 8,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	2,5	5,2	- 51,2
(+) Outras receitas	2,1	2,6	- 18,1
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>486,4</b>	<b>526,9</b>	<b>- 7,7</b>
(-) Impostos sobre vendas	136,5	131,8	+ 3,6
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	0,8	(2,5)	-
(-) Encargos setoriais	16,2	26,2	- 38,2
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>332,9</b>	<b>371,4</b>	<b>- 10,4</b>
(-) Receitas de construção	18,8	14,6	+ 28,5
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>314,1</b>	<b>356,8</b>	<b>- 12,0</b>

Foram determinantes para esse desempenho:

- i) Aumento de 6,5% (R\$ 25,1 milhões) na receita bruta do mercado cativo;
- ii) Redução de 0,8% (R\$ 0,1 milhão) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD);
- iii) Redução de 61,7% (R\$ 50,0 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias;
- iv) Redução de 51,2% (R\$ 2,7 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão.

## 4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 251,1 milhões no 1T20, redução de 18,0% (R\$ 55,3 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2019. Desse total, as despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram aumento de 2,1% (R\$ 0,8 milhão) totalizando R\$ 39,9 milhões.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>186,2</b>	<b>245,4</b>	<b>- 24,1</b>
1.1 Energia comprada	168,3	229,4	- 26,6
1.2 Transporte de potência elétrica	17,9	16,0	+ 11,8
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>47,1</b>	<b>44,9</b>	<b>+ 5,1</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>39,9</b>	<b>39,1</b>	<b>+ 2,1</b>
2.1.1 Pessoal	16,2	17,0	- 4,6
2.1.2 Fundo de pensão	2,5	2,6	- 4,1
2.1.3 Material	2,7	2,3	+ 18,9
2.1.4 Serviços de terceiros	15,7	14,5	+ 8,1
2.1.5 Outras	2,8	2,7	+ 3,6
▫ Multas e compensações	0,1	0,1	- 20,9
▫ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,5	0,6	- 12,2
▫ Outros	2,2	2,0	+ 9,6
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>7,2</b>	<b>5,8</b>	<b>+ 23,5</b>
2.2.1 Contingências	(0,1)	3,0	-
2.2.2 Devedores duvidosos	7,3	2,8	+ 163,2
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>17,7</b>	<b>16,0</b>	<b>+ 10,5</b>
3.1 Depreciação e amortização	16,5	16,3	+ 1,4
3.2 Outras receitas/despesas	1,2	(0,3)	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>251,1</b>	<b>306,3</b>	<b>- 18,0</b>
Custo de construção	18,8	14,6	+ 28,5
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>269,9</b>	<b>320,9</b>	<b>- 15,9</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 4.3. Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

### 4.3.1. Lucro líquido e geração de caixa

No 1T20, o lucro líquido da Companhia somou R\$ 39,6 milhões, ante R\$ 40,3 milhões registrados no mesmo período de 2019, queda de 1,9%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 85,5 milhões no 1T20, contra R\$ 72,2 milhões apurados no 1T19, aumento de 18,4%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>39,6</b>	<b>40,3</b>	<b>- 1,9</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(7,2)	(9,9)	- 28,1
(-) Resultado financeiro	(16,2)	(0,3)	+ 6.076,4
(-) Depreciação e amortização	(16,5)	(16,3)	+ 1,4
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>79,5</b>	<b>66,8</b>	<b>+ 18,9</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,0	5,4	+ 11,1
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>85,5</b>	<b>72,2</b>	<b>+ 18,4</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,7	19,4	+ 6,2 p.p.

### 4.3.2. Dividendos

O Conselho de administração da Energisa Sergipe aprovou em reunião no dia 25 de março último a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$22.229.827,99. Esses dividendos foram pagos a partir de 26 de março de 2020.

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Caixa e Endividamento

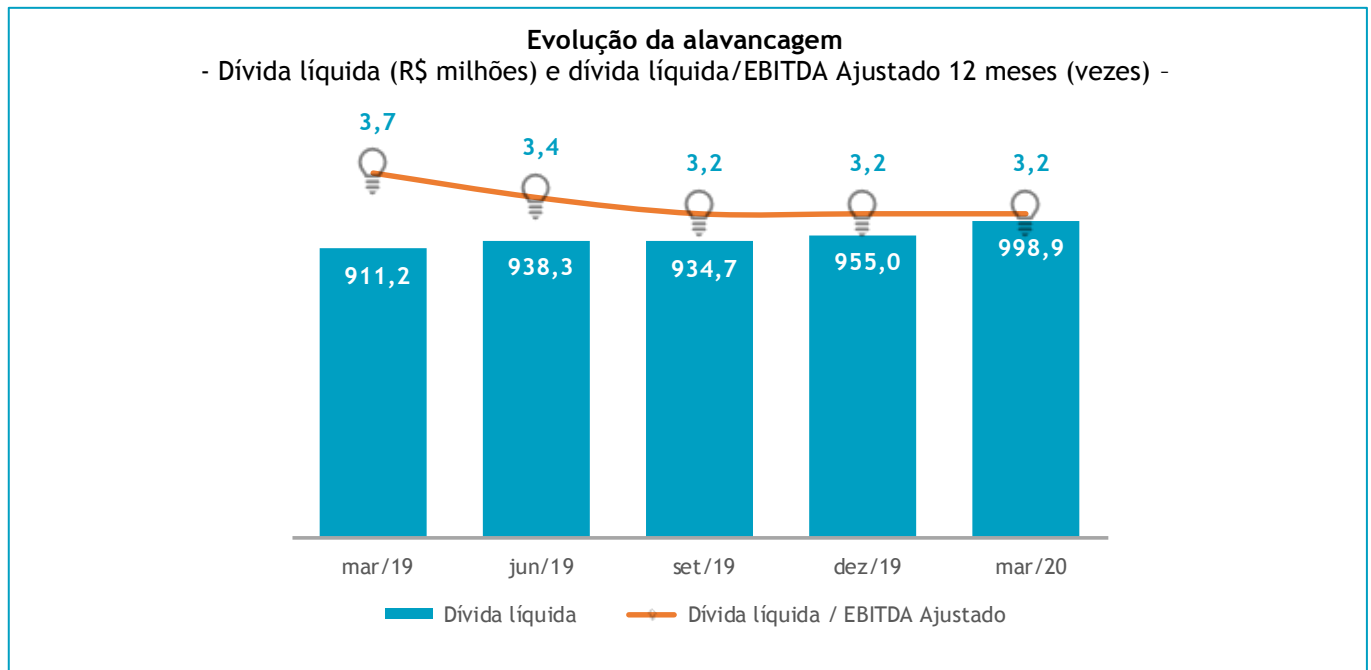
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 159,4 milhões em março de 2020, frente aos R\$ 205,5 milhões no final de dezembro de 2019. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 14,7 milhões em março de 2020 e R\$ 36,1 milhões em dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 998,9 milhões, contra R\$ 955,0 milhões em dezembro de 2019. Conseqüentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados se mantiveram no patamar de 3,2.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de março de 2020 e 2019:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019
<b>Circulante</b>	<b>189,3</b>	<b>85,7</b>	<b>197,2</b>
Empréstimos e financiamentos	204,1	25,5	157,7
Debêntures	32,7	31,3	3,3
Encargos de dívidas	10,5	10,7	19,5
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	11,8	11,8	12,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(69,9)	6,5	4,2
<b>Não Circulante</b>	<b>969,0</b>	<b>1.074,7</b>	<b>1.006,3</b>
Empréstimos e financiamentos	264,4	732,9	727,2
Debêntures	488,3	216,7	185,7
Parcelamento de impostos e benefícios pós emprego	232,4	229,5	176,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(16,1)	(104,4)	(82,9)
<b>Total das dívidas</b>	<b>1.158,3</b>	<b>1.160,5</b>	<b>1.203,5</b>
(-) Disponibilidades financeiras	144,6	169,4	238,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>1.013,7</b>	<b>991,1</b>	<b>964,8</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	6,3	10,4	10,7
(-) Créditos CVA	8,4	25,7	42,9
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>998,9</b>	<b>955,0</b>	<b>911,2</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Divida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	3,2	3,2	3,7

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



## 6. Investimentos

Com a prioridade de investir em obras que melhorem a qualidade dos serviços prestados, assim como promover a regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Companhia investiu R\$22,9 milhões no 1T20, ante R\$17,7 milhões no mesmo período do ano anterior.

A composição dos investimentos no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T20	1T19	Var. %
Ativo Elétrico	18,3	15,8	+ 15,8
Obrigações Especiais	2,1	0,9	+ 133,3
Ativo não Elétrico	2,5	1	+ 150,0
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>22,9</b>	<b>17,7</b>	<b>+ 29,4</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

## 7. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia nos primeiros três meses de 2020 foi de R\$ 93 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	36.163	62.398
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	108.463	106.991
Consumidores e concessionárias	263.488	242.256
Estoques	3.298	2.664
Tributos a recuperar	93.564	83.428
Instrumentos financeiros derivativos	70.137	683
Ativos financeiros setoriais	74.378	83.048
Outros créditos	28.013	32.296
<b>Total do circulante</b>	<b>677.504</b>	<b>613.764</b>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-
Consumidores e concessionárias	104.175	112.329
Tributos a recuperar	7.235	7.128
Créditos tributários	87.904	84.001
Depósitos e cauções vinculados	28.325	28.075
Instrumentos financeiros derivativos	16.140	104.358
Ativos financeiros setoriais	4.216	22.115
Ativos financeiros indenizável da concessão	476.665	466.695
Outros créditos	74.317	69.035
	<b>798.977</b>	<b>893.736</b>
Investimento	366	366
Intangível	7.018	6.140
Imobilizado	452.150	463.156
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	4.258	(1.845)
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.262.769</b>	<b>1.361.553</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.940.273</b>	<b>1.975.317</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (Em milhares de reais)

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	90.758	109.352
Encargos de dívidas	10.542	10.732
Empréstimos e financiamentos	204.105	25.462
Debêntures	32.740	31.253
Impostos e contribuições sociais	48.475	46.979
Passivos financeiros setoriais	52.901	52.762
Obrigações estimadas	7.733	7.109
Encargos setoriais	14.040	10.248
Instrumentos financeiros derivativos	219	7.150
Benefícios pós emprego	11.833	11.833
Arrendamentos Operacionais	732	621
Outras contas a pagar	40.135	18.307
<b>Total do circulante</b>	<b>514.213</b>	<b>331.808</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	11.400	11.316
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	264.435	732.895
Debêntures	488.269	216.719
Impostos e contribuições sociais	17.096	15.809
Passivos financeiros setoriais	17.286	26.673
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	37.826	37.602
Encargos setoriais	9.599	12.108
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Benefícios pós emprego	232.443	229.485
Arrendamentos Operacionais	1.170	1.371
Outros	3.360	4.159
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.082.884</b>	<b>1.288.137</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	417.604	417.604
Reservas de capital	3.563	3.518
Reservas de lucros	61.944	61.944
Dividendos adicionais propostos	-	29.601
Lucros (Prejuízos) Acumulados	17.360	
Outros resultados abrangentes	(157.295)	(157.295)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>343.176</b>	<b>355.372</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.940.273</b>	<b>1.975.317</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	1T20	1T19
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	413.443	392.106
Suprimento de energia elétrica	31.050	81.029
Disponibilidade do Sistema Elétrico	15.845	15.968
Receita de construção	18.793	14.628
Outras receitas	7.258	23.165
	<b>486.389</b>	<b>526.896</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	93.806	87.670
PIS, Cofins e ISS	42.704	44.089
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	800	(2.508)
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	16.219	26.227
	<b>153.529</b>	<b>155.478</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>332.860</b>	<b>371.418</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Energia elétrica comprada	168.331	229.363
Encargos de uso do sistema	17.914	16.020
Pessoal	16.180	16.956
Entidade de previdência privada	2.527	2.635
Material	2.747	2.310
Serviços de terceiros	15.704	14.531
Depreciação e amortização	16.477	16.254
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	7.216	5.745
Custo de construção	18.793	14.628
Outras despesas	2.771	2.675
Outras Receitas/Despesas operacionais	1.212	(254)
	<b>269.872</b>	<b>320.863</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>62.988</b>	<b>50.555</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receita de aplicações financeira	845	1.280
Variação monetária e acréscimo moratório	6.025	5.423
Outras receitas financeiras	1.538	2.972
Encargos de dívidas - juros	(11.501)	(11.260)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(114.336)	(6.310)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	1	1
(-)Transferência p/lmob curso	41	47
Outras despesas financeiras	101.143	7.584
	<b>(16.244)</b>	<b>(263)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>46.744</b>	<b>50.292</b>
Contribuição social e imposto de renda	(7.154)	(9.946)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>39.590</b>	<b>40.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### **Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A** **Notas explicativas às informações trimestrais para o** **período findo em 31 de março de 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1. Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa SE”) - empresa integrante do Grupo Energisa, é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 790.714 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 17 de julho de 2001.

#### Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 23 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 23 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado, a critério do Poder Concedente.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
- VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados a concessão,

imobilizado e intangível, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13, 14 e 23, respectivamente.

### Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado o fato que vários casos de contágio e disseminação da doença vem se espalhando por vários países ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão. Ao mesmo tempo, restringiu a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupo de consumidores, vem provocando queda no consumo e na arrecadação da Companhia.

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente na economia do Brasil, a Companhia adotou medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

#### Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da Covid-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho; e
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego, seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020;

#### Negócios

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia optou por postergar investimentos, com a redução na ordem de R\$14.900. Há de se ressaltar que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações;
- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Como resultado das projeções de inadimplência dos mercados onde a Companhia opera, foi efetuado uma provisão para perdas esperadas de aproximadamente R\$3.144;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos no exercício de 2020;

- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas quanto o valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais;
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento das contribuições do Pis, Cofins e da Previdência das competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de março, abril e maio para pagamento em 6 parcelas iniciando em julho de 2020; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 em que a Companhia será ressarcida integralmente pelos recursos originários da conta CDE; e
- O reajuste tarifário da Companhia foi aprovado pela ANEEL em abril de 2020, todavia, foi suspenso até 30 de junho de 2020 e em contrapartida haverá o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

## 2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

---

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2020.

### 2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

## 3. Informações por segmento

---

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2020 equivale a 96,2% do CDI (102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	16.315	17.948
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	19.848	44.450
Operações compromissada	19.848	44.450
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup></b>	<b>36.163</b>	<b>62.398</b>

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

##### 4.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2020 equivale a 47,7% do CDI (109,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>108.463</b>	<b>106.991</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	844	676
Fundos de Investimentos <sup>(1)</sup>	646	702
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>	<b>104.864</b>	<b>103.538</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.166	2.081
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	210	234
Compromissadas	7.452	10.268
Títulos Públicos	22.970	25.594
Fundo de Renda Fixa	18.679	17.648
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	39.319	44.393
Letra Financeira (LF)	-	31
Letra Tesouro Nacional (LTN)	1.466	993
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	12.602	2.296
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (FIDC) <sup>(3)</sup>	2.109	2.003
Outros instrumentos	-	72
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>108.463</b>	<b>106.991</b>
Circulante	108.463	106.991

(1) Fundos de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e são remunerados de -301,8% a 31,2% (50,6% a 95,2% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 11,1% (53,1% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

(2) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTNB são remuneradas de 104,1% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa; -10,3 do CDI Fundo Cataguases e 15,1% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020.

(4) Em 31 de março de 2020 inclui R\$3.617 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	725	826
Fundos de Investimentos em direitos creditórios - FIDC	2.109	2.003
Outros	783	643
<b>Total</b>	<b>3.617</b>	<b>3.472</b>

## 5. Consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (3)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2020	31/12/2019
<b>Valores correntes:(1)</b>									
Residencial	30.136	-	34.674	3.998	2.370	328	(8.437)	63.069	56.797
Industrial	11.432	-	2.456	294	400	968	(1.167)	14.383	13.585
Comercial	34.182	-	8.453	1.296	2.375	757	(3.656)	43.407	44.366
Rural	3.043	-	1.900	255	516	203	(565)	5.352	5.680
Poder público	7.175	-	811	10	17	24	(188)	7.849	7.644
Iluminação pública	5.383	-	991	1	4	202	(252)	6.329	5.745
Serviço público	6.579	-	3.722	-	-	-	(104)	10.197	7.220
Fornecimento não faturado	45.363	-	-	-	-	-	-	45.363	42.591
Arrecadação Processo Classificação	1.333	-	-	-	-	-	-	1.333	1.783
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	2.323	5.893	1.317	367	179	6.114	(7.264)	8.929	8.913
Industrial	362	1.276	225	36	75	1.731	(1.914)	1.791	2.085
Comercial	1.265	6.282	690	81	147	1.933	(2.455)	7.943	10.046
Rural	145	331	76	14	3	131	(185)	515	960
Poder público (1)	800	124.644	416	-	8	19	(27)	125.860	128.570
Iluminação pública	419	1.743	33	-	-	1	(1)	2.195	2.338
Serviço público	47	34	4	-	-	-	-	85	111
(-) Ajuste a valor presente (2)	(41)	(4.134)	-	-	-	-	-	(4.175)	(6.819)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>149.946</b>	<b>136.069</b>	<b>55.768</b>	<b>6.352</b>	<b>6.094</b>	<b>12.411</b>	<b>(26.215)</b>	<b>340.425</b>	<b>331.615</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	4.153	-	-	-	-	6.387	(191)	10.349	8.643
Outros (5)	-	-	11.918	964	-	8.798	(4.791)	16.889	14.327
<b>Total</b>	<b>154.099</b>	<b>136.069</b>	<b>67.686</b>	<b>7.316</b>	<b>6.094</b>	<b>27.596</b>	<b>(31.197)</b>	<b>367.663</b>	<b>354.585</b>
Circulante								263.488	242.256
Não Circulante								104.175	112.329

(1) A Companhia celebrou em 19 de dezembro de 2017 acordo judicial com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente as contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 (valores históricos), vencidas a partir de dezembro de 1997. O acordo prevê que a dívida ora renegociada totaliza em R\$100.000, que será recebida em duas parcelas de igual valor com vencimentos em maio e dezembro de 2020. Os juros serão calculados de acordo com as variações da taxa Selic.

Em 31 de março de 2020 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$101.138 (R\$101.138 em 31 de dezembro de 2019). Sobre esses créditos foi constituída provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$3.886 (R\$4.175 em 31 de dezembro de 2019), contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (2) Ajuste a valor presente: calculado os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente utilizou-se para 31 de março de 2020 a taxa CDI 3,96% (4,60% em 31 de dezembro de 2019).
- (3) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do Covid-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia após 01/07/2020 já que o prazo para o desligamento da energia elétrica por não pagamento se encerra em 30/06/2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio às concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

#### Segue movimentação das provisões:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	25.220	21.734
Provisões constituídas no período/exercício	7.310	9.861
Baixas de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.333)	(6.375)
<b>Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019 - Consumidores e concessionárias</b>	<b>31.197</b>	<b>25.220</b>

- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia em 31 de março de 2020, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.540 (R\$8.834 em 31 de dezembro de 2019), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

Composição do saldo da CCEE	31/03/2020	31/12/2019
Créditos a vencer	4.153	2.447
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	6.387	6.387
<b>Sub-total créditos CCEE <sup>(b)</sup></b>	<b>10.540</b>	<b>8.834</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(15.787)	(24.433)
(-) Encargos de serviços no sistema	(270)	(241)
<b>Total débitos CCEE</b>	<b>(5.517)</b>	<b>(15.840)</b>

- a) Os valores da energia se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- b) O sub-total de R\$10.540 (R\$8.834 em 31 de dezembro de 2019) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) no valor de R\$191 (R\$191 em 31 de dezembro de 2019).
- (5) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$15.276 (R\$14.005 em 31 de dezembro de 2019), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

## 6. Tributos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.884	14.552
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	66.829	54.541
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	14.007	13.838
Contribuições ao PIS e a COFINS	5.526	7.080
Outros	553	545
<b>Total</b>	<b>100.799</b>	<b>90.556</b>
Circulante	93.564	83.428
Não circulante	7.235	7.128

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 7. Reajuste e Revisões tarifárias

### 7.1. Reajuste tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 22 de abril de 2019, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.531 e Nota Técnica nº 61/2019-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2019. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 2,80%.

### 7.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.387, de 17 de abril de 2018 e Nota Técnica nº 86/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia em vigor desde 22 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,30%.

### 7.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

No primeiro trimestre de 2020 e 2019 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2020	31/03/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

#### 7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

O Grupo Energisa envidou seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%).

Os valores envolvidos de perdas da Companhia montam em R\$1.427 (R\$1.427 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

## 8. Ativos e Passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado financeiro		Transfêrência	Saldo em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração	Transfêrência						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>											
Energia elétrica comprada para revenda	48.808	(3.183)	(20.458)	651	-	-	25.818	4.774	21.044	24.590	1.228
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	263	-	(213)	-	-	-	50	50	-	50	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	6.241	4.331	-	72	-	-	10.644	-	10.644	10.023	621
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.007	(1.913)	(6)	77	-	-	4.165	2	4.163	3.922	243
<b>Componentes financeiros</b>											
Neutralidade da Parcela A (iv)	446	-	-	-	(446)	-	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	42.892	(23)	(6.330)	392	-	-	36.931	1.477	35.454	34.863	2.068
Garantias Financeiras (v)	506	126	(105)	3	-	-	530	24	506	501	29
Saldo a Compensar (vi)	-	603	-	4	(151)	-	456	-	456	429	27
<b>Total Ativo</b>	<b>105.163</b>	<b>(59)</b>	<b>(27.112)</b>	<b>1.199</b>	<b>(597)</b>	<b>-</b>	<b>78.594</b>	<b>6.327</b>	<b>72.267</b>	<b>74.378</b>	<b>4.216</b>

Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado financeiro		Transfêrência	Saldo em 31/03/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração	Transfêrência						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>											
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	551	-	(447)	-	-	-	104	104	-	104	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	1.031	-	10	-	-	1.041	-	1.041	980	61
Encargo de Serviços de Sistema - ESS (iii)	34.274	8.313	(9.187)	257	-	-	33.657	2.144	31.513	31.819	1.838
<b>Componentes financeiros</b>											
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.311	2.130	(1.063)	31	(446)	-	1.963	248	1.715	1.863	100
Sobrecontratação de energia (ii)	27.592	(5.168)	(4.800)	264	-	-	17.888	1.120	16.768	17.931	(43)
Saldo a Compensar (vi)	2.078	(827)	(874)	(22)	(151)	-	204	204	-	204	-
Devoluções Tarifárias (vii)	13.629	1.605	-	96	-	-	15.330	-	15.330	-	15.330
<b>Total Passivo</b>	<b>79.435</b>	<b>7.084</b>	<b>(16.371)</b>	<b>636</b>	<b>(597)</b>	<b>-</b>	<b>70.187</b>	<b>3.820</b>	<b>66.367</b>	<b>52.901</b>	<b>17.286</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>25.728</b>	<b>(7.143)</b>	<b>(10.741)</b>	<b>563</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.407</b>	<b>2.507</b>	<b>5.900</b>	<b>21.477</b>	<b>(13.070)</b>

### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

### (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

**(iv) Neutralidade da Parcela A**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Devoluções Tarifárias**

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), iniciada a partir de novembro de 2017, atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).

## 9. Outros Créditos

	31/03/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa renda <sup>(1)</sup>	8.734	8.456
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	10.229	10.220
Ordens de serviço e desativação em curso <sup>(4)</sup>	(627)	(596)
Adiantamentos	2.116	2.062
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(2)</sup>	(2.403)	1.955
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	5.800	5.908
Despesas pagas antecipadamente	3.217	3.248
Recursos INERGUS <sup>(3)</sup>	74.196	68.914
Outros	1.068	1.164
<b>Total</b>	<b>102.330</b>	<b>101.331</b>
Circulante	28.013	32.296
Não circulante	74.317	69.035

(1) Subvenção Baixa renda - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da CCEE. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial (circulante) - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	8.456	8.850
Subvenção Baixa Renda	13.239	47.862
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(12.961)	(48.256)
<b>Saldo final (circulante) - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>8.734</b>	<b>8.456</b>

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial (circulante) - 31/12/2019 e 31/12/2018	1.955	1.653
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	7.255	44.525
Ressarcimentos e compensações realizadas pela CCEE	(11.613)	(44.223)
Saldo final (circulante) - 31/03/2020 e 31/12/2019	(2.403)	1.955

- (3) Em 31 de março de 2012 o montante é composto por R\$41.746 (R\$36.464 em 31 de dezembro de 2019) de recursos antecipados pela Companhia, a partir de dezembro de 2015, ao Instituto Energipe de Seguridade Social (“INERGUS”) para assegurar a liquidez, bem como, o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD), inclui o montante de R\$32.450 (R\$32.450 em 31 de dezembro de 2019) referente ao programa de incentivo a migração de participantes do plano BD para o plano CD. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018.
- (4) Em 31 de março de 2020, o saldo apresentado refere-se às ordens de desativação em curso - ODD, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém os processos de fechamento das ordens não foram concluídos, o que estará ocorrendo nos próximos meses de acordo com os prazos previstos.

## 10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda, Energisa Comercializadora de Energia Ltda, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), que conferiram à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE), QMRA Participações S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que conferiu controle indireto na Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Serviços contratados (Despesa) <sup>(1)</sup>	Comissão aval e debêntures (Despesa financeira) <sup>(2)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar debêntures e aval <sup>(2)</sup>
Multi Energisa Serviços S/A	475	-	300	-
Energisa Soluções S/A	101	-	-	-
Energisa S/A	4.363	2.878	1.844	122.069
31/03/2020	4.939	2.878	2.144	122.069
31/12/2019	-	-	4.872	120.231
31/03/2019	4.863	4.861	-	-

(1) Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A, Multi Energisa Serviços S/A e Energisa Soluções S/A referem-se a serviços administrativos, serviços de call center e serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, respectivamente, por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(2) A Companhia efetuou a 4ª e 5ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 17. Em 31 de março de 2020 o valor atualizado é de R\$121.720 (R\$119.871 em 31 de dezembro de 2019).

Custo do contrato de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de março de 2020 monta em R\$349 (R\$360 em 31 de dezembro de 2019).

## Remuneração dos administradores

	31/03/2020	31/03/2019
Remuneração Anual <sup>(a)</sup>	4.466	4.597
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	152	146
Remuneração da Diretoria	320	311
Outros Benefícios <sup>(b)</sup>	208	174

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2019 foi aprovado na AGO/E de 29 de abril de 2019. Em AGO/E de 29 de abril de 2020 foi aprovado o novo limite global de remuneração de R\$4.466.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$56 e R\$2 (R\$55 e R\$1 em 31 de março de 2019), respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2020 foi de R\$12 (R\$12 em 31 de março de 2019).

## Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 7.918 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 9.413 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas <sup>(a)</sup>	7.918	9.413
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(b)</sup>	8,2%	7,7%
Volatilidade <sup>(c)</sup>	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 31 de março de 2020, foram reconhecidos R\$45 (R\$10 em 31 de março de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período, na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de março de 2020 acumula R\$235 (R\$190 em 31 de dezembro de 2019).

## 11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações Financeiras Intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	112.390	111.860
Contribuição social sobre o lucro	40.460	40.270
<b>Total</b>	<b>152.850</b>	<b>152.130</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	47.754	50.095
Contribuição social	17.192	18.034
<b>Total</b>	<b>64.946</b>	<b>68.129</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>87.904</b>	<b>84.001</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo</b>				
Provisão ajuste atuarial	338.719	115.164	335.761	114.159
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	37.826	12.861	37.602	12.785
Ajustes a valor presente	4.175	1.419	6.819	2.318
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	31.197	10.607	25.220	8.574
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	20.306	6.904	19.219	6.534
Outras adições temporárias	8.415	2.859	10.668	3.629
Marcação a mercado da dívida	8.930	3.036	12.151	4.131
Marcação a mercado - derivativo	(86.058)	(29.259)	(97.891)	(33.282)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(104.963)	(35.687)	(102.490)	(34.847)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>258.547</b>	<b>87.904</b>	<b>247.059</b>	<b>84.001</b>

As realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de Créditos fiscais
2020	9.737
2021	15.744
2022	15.286
2023	14.793
2024	14.761
2025 a 2026	35.590
2027 a 2029	46.939
<b>Total</b>	<b>152.850</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	46.744	50.292
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(15.893)	(17.099)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais - SUDENE (*)	8.430	6.905
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	309	248
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(7.154)</b>	<b>(9.946)</b>
Alíquota efetiva	15,30%	19,78%

(\*) Em dezembro de 2012, a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021, através do Laudo Constitutivo nº 205/2012, bem como, o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil através do Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04 de março de 2013, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- apurados no primeiro trimestre de 2020, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Em 2018 a Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

Neste sentido, a Companhia logrou êxito com a aprovação do benefício fiscal, formalizado junto à SUDENE em 29 de outubro de 2018, através do Laudo Constitutivo nº 438/2018 - Ofício 429/2019 (SUDENE), emitido em 14 de janeiro de 2019, cuja fruição do benefício de redução de 75% do IRPJ e adicionais, será para o período de 01/01/2018 a 31/12/2027.

## 12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$2.529 (R\$15.342 em 31 de dezembro de 2019).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo financeiro valor justo - 31/12/2019 e 31/12/2018	466.695	412.032
Adições no período/exercício (1)	7.723	39.968
Baixas no período/exercício	(282)	(647)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	2.529	15.342
<b>Ativo financeiro valor justo - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>476.665</b>	<b>466.695</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

### 13. Imobilizado e Intangível

	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado	7.018	6.140
Intangível - Contrato de concessão <sup>(1)</sup>	279.775	284.623
Direito de concessão	172.375	178.533
<b>Total</b>	<b>459.168</b>	<b>469.296</b>

- (1) Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão, exceto quanto ao montante de R\$1.826 de direito de uso - imóveis.

	Taxa Média de Depreciação e Amortização	Saldo 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização/ Depreciação (3)	Saldo 31/03/2020
<b>Intangível Em Serviço</b>							
Custo	4,16%	969.400	-	6.017	(1.776)	-	973.641
Amortização Acumulada		(594.352)	-	-	1.358	(12.981)	(605.975)
<b>Subtotal</b>		<b>375.048</b>	<b>-</b>	<b>6.017</b>	<b>(418)</b>	<b>(12.981)</b>	<b>367.666</b>
<b>Direito de Uso - Imóveis (4)</b>							
Custo		2.552	-	-	-	-	2.552
Amortização Acumulada		(621)	-	-	-	(105)	(726)
<b>Subtotal</b>		<b>1.931</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(105)</b>	<b>1.826</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	3,84%	245.237	-	277	-	-	245.514
Amortização Acumulada		(152.881)	-	-	-	(2.916)	(155.797)
<b>Subtotal</b>		<b>92.356</b>	<b>-</b>	<b>277</b>	<b>-</b>	<b>(2.916)</b>	<b>89.717</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>284.623</b>	<b>-</b>	<b>5.740</b>	<b>(418)</b>	<b>(10.170)</b>	<b>279.775</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Máquinas e Equipamentos	15,55%	15.839	-	63	-	-	15.902
Veículos	14,29%	100	-	-	-	-	100
Móveis e utensílios	6,25%	7.976	-	430	-	-	8.406
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>23.915</b>	<b>-</b>	<b>493</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.408</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Máquinas e Equipamentos		(12.520)	-	-	-	(226)	(12.746)
Veículos		(51)	-	-	-	(4)	(55)
Móveis e utensílios		(6.033)	-	-	-	(64)	(6.097)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(18.604)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(294)</b>	<b>(18.898)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>5.311</b>	<b>-</b>	<b>493</b>	<b>-</b>	<b>(294)</b>	<b>5.510</b>
Imobilizado em curso		829	1.172	(493)	-	-	1.508
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>6.140</b>	<b>1.172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(294)</b>	<b>7.018</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>290.763</b>	<b>1.172</b>	<b>5.740</b>	<b>(418)</b>	<b>(10.464)</b>	<b>286.793</b>

- (1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.
- (2) As baixas no montante de R\$418 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.
- (3) A Companhia registrou no período, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$145 (R\$505 em 31 de dezembro de 2019).

(4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização/ Depreciação (3)	Saldo 31/12/2019
<b>Intangível em Serviço</b>								
Custo	4,15%	945.947	-	-	32.407	(8.954)	-	969.400
Amortização Acumulada		(551.542)	-	-	-	7.354	(50.164)	(594.352)
<b>Subtotal</b>		<b>394.405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.407</b>	<b>(1.600)</b>	<b>(50.164)</b>	<b>375.048</b>
<b>Direito de Uso - Imóveis (4)</b>								
Custo		-	1.982	573	-	(3)	-	2.552
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	(621)	(621)
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>1.982</b>	<b>573</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>(621)</b>	<b>1.931</b>
<b>Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço</b>								
Custo	3,74%	224.900	-	-	20.337	-	-	245.237
Amortização Acumulada		(130.146)	-	-	-	-	(22.735)	(152.881)
<b>Subtotal</b>		<b>94.754</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.337</b>	<b>-</b>	<b>(22.735)</b>	<b>92.356</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>299.651</b>	<b>1.982</b>	<b>573</b>	<b>12.070</b>	<b>(1.603)</b>	<b>(28.050)</b>	<b>284.623</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>								
Custo								
Máquinas e Equipamentos	15,73%	15.271	-	-	568	-	-	15.839
Veículos	14,29%	100	-	-	-	-	-	100
Móveis e utensílios	6,25%	7.814	-	-	162	-	-	7.976
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>23.185</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>730</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.915</b>
<b>Depreciação acumulada</b>								
Máquinas e Equipamentos		(11.367)	-	-	-	-	(1.153)	(12.520)
Veículos		(36)	-	-	-	-	(15)	(51)
Móveis e utensílios		(5.782)	-	-	-	-	(251)	(6.033)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(17.185)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.419)</b>	<b>(18.604)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>6.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>730</b>	<b>-</b>	<b>(1.419)</b>	<b>5.311</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.559</b>	<b>(730)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>829</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>6.000</b>	<b>-</b>	<b>1.559</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.419)</b>	<b>6.140</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>		<b>305.651</b>	<b>1.982</b>	<b>2.132</b>	<b>12.070</b>	<b>(1.603)</b>	<b>(29.469)</b>	<b>290.763</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção

(2) As baixas no montante de R\$1.603 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$505 (R\$445 em 2018).

(4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 8 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,16% (4,15% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	123.685	182.379
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	199.384	138.543
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	43.093	43.093
Reserva para reversão <sup>(3)</sup>	226	235
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	20.258	20.258
(-) Amortização acumulada	(155.797)	(152.881)
<b>Total</b>	<b>230.849</b>	<b>231.627</b>
<b>Alocação:</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão	101.765	101.138
Infraestrutura - Intangível em serviço	89.717	92.356
Ativo contratual - infraestrutura em construção	39.367	38.133
<b>Total</b>	<b>230.849</b>	<b>231.627</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

## Direito de Concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas até 31 de dezembro de 2015. A partir de 01 de janeiro de 2016, de acordo com o IAS 16, a Companhia passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de março de 2020, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal para os próximos exercícios é como segue:

Período de amortização	31/03/2020	Redução do imposto de renda e contribuição social
2020 e 2021	43.094	14.652
2022 e 2023	49.250	16.745
2024 e 2025	49.250	16.745
2026 e 2027	30.781	10.466
<b>Total</b>	<b>172.375</b>	<b>58.608</b>

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	178.533	203.158
Amortização no período/exercício	(6.158)	(24.625)
<b>Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>172.375</b>	<b>178.533</b>

## 14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldo 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 31/03/2020
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	36.288	21.704	(6.017)	(8.350)	43.625
<b>Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	38.133	2.138	(277)	(627)	39.367
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>(1.845)</b>	<b>19.566</b>	<b>(5.740)</b>	<b>(7.723)</b>	<b>4.258</b>

	Saldo 31/12/2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 31/12/2019
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	27.491	87.761	(32.407)	(46.557)	36.288
<b>Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	60.300	4.759	(20.337)	(6.589)	38.133
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>(32.809)</b>	<b>83.002</b>	<b>(12.070)</b>	<b>(39.968)</b>	<b>(1.845)</b>

(1) O montante de R\$5.740 (R\$12.070 em 31 de dezembro de 2019), foi transferido para o Intangível.

(2) As baixas no montante de R\$7.723 (R\$39.968 em 31 de dezembro de 2019) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 15. Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2019
Contratos Bilaterais <sup>(1)</sup>	60.779	63.394
Encargos de serviços do sistema <sup>(1)</sup>	270	241
Conexão à rede <sup>(1)</sup>	847	847
Uso do sistema de distribuição (CUSD) <sup>(1)</sup>	5.897	5.685
CCEE <sup>(2)</sup>	15.787	24.433
Materiais, serviços e outros <sup>(3)</sup>	18.578	26.068
<b>Total</b>	<b>102.158</b>	<b>120.668</b>
Circulante	90.758	109.352
Não Circulante	11.400	11.316

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência das condições hidrológicas mais favoráveis do Sistema Interligado Nacional (SIN), aliadas à um PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. Em novembro e dezembro de 2019 a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(3) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda Nacional</b>						
Pré Fixado	8.243	(664)	(86)	86	-	7.579
CDI	152.828	(1.304)	(66)	1.843	-	153.301
Gastos com captação	(333)	-	-	40	-	(293)
Outros	122.720	(4.298)	(3.486)	3.346	-	118.282
<b>Total do custo</b>	<b>283.458</b>	<b>(6.266)</b>	<b>(3.638)</b>	<b>5.315</b>	<b>-</b>	<b>278.869</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>						
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Dólar	485.142	(396.258)	(6.071)	115.490	-	198.303
Marcação a mercado	489	-	-	-	1.421	1.910
<b>Total ao valor justo</b>	<b>485.631</b>	<b>(396.258)</b>	<b>(6.071)</b>	<b>115.490</b>	<b>1.421</b>	<b>200.213</b>
<b>Total</b>	<b>769.089</b>	<b>(402.524)</b>	<b>(9.709)</b>	<b>120.805</b>	<b>1.421</b>	<b>479.082</b>
Circulante	36.194	-	-	-	-	214.647
Não circulante	732.895	-	-	-	-	264.435

	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pré Fixado	10.926	-	(2.681)	(422)	420	-	-	8.243
TJLP e TLP	3.030	-	(2.548)	(79)	(403)	-	-	-
CDI	104.998	140.000	(85.973)	(15.654)	9.457	-	-	152.828
Gastos com captação	(122)	-	-	-	201	(412)	-	(333)
Outros	139.982	-	(18.777)	(10.152)	11.667	-	-	122.720
<b>Total do custo</b>	<b>258.814</b>	<b>140.000</b>	<b>(109.979)</b>	<b>(26.307)</b>	<b>21.342</b>	<b>(412)</b>	<b>-</b>	<b>283.458</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	518.136	-	(52.635)	(20.328)	39.969	-	-	485.142
Marcação a mercado	467	-	-	-	-	-	22	489
<b>Total ao valor justo</b>	<b>518.603</b>	<b>-</b>	<b>(52.635)</b>	<b>(20.328)</b>	<b>39.969</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>485.631</b>
<b>Total</b>	<b>777.417</b>	<b>140.000</b>	<b>(162.614)</b>	<b>(46.635)</b>	<b>61.311</b>	<b>(412)</b>	<b>22</b>	<b>769.089</b>
Circulante	178.374	-	-	-	-	-	-	36.194
Não circulante	599.043	-	-	-	-	-	-	732.895

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos		Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garantias (*)
	31/03/2020	31/12/2019	Financeiros	Anuais					
<b>Energisa Sergipe</b>									
FIDC Grupo Energisa III	4.483	5.794	CDI + 0,70% a.a.		dez/20	Mensal	1,18%		R
FINAME - Itaú BBA	7.579	8.243	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)		jan/25	Mensal	0,62% a 2,11%		A
Parcelamento INERGUS	12.432	12.520	IPC +5,5% a.a		dez/39	Mensal	1,85%		F
Parcelamento INERGUS - Migração	105.850	110.200	IPCA +5,78% a.a		jun/26	Mensal	1,94%		F
Nota Promissória 6ª Emissão (3)	148.818	147.034	CDI + 0,80%		mar/22	Final	1,21%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(293)	(333)							-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>278.869</b>	<b>283.458</b>							
Resolução 4131 - Citibank (1,3,5)	-	286.476	Libor + 0,72% a 0,73% a.a.		abr/21	Final	30,85% a 30,85%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1 e 3)	179.540	139.230	Libor + 1,20% a.a.		jan/21	Final	30,97%		A
Resolução 4131 - Citibank (1,3,5)	-	44.849	Libor + 0,82% a.a.		set/21	Final	30,87%		A
Resolução 4131 - JP Morgan (1 e 3)	18.763	14.587	Libor + 1,30% a.a.		set/21	Final	30,99%		A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.910	489							-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>200.213</b>	<b>485.631</b>							
<b>Total Energisa Sergipe</b>	<b>479.082</b>	<b>769.089</b>							

(\*) A = Aval Energisa S/A, F= Fiança, R= Recebíveis.

(1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (nota explicativa nº 27);

- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 27);
- (3) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:
- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
  - ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 27). Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (5) Em 16 de Março de 2020 a Companhia efetuou a liquidação dos contratos no valor de R\$397.998

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$2.109 (R\$2.003 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	28,98%	4,02%
TJLP	1,25%	6,17%
SELIC	1,01%	5,96%
CDI	1,01%	5,96%
IPCA	0,53%	4,31%
LIBOR	1,69%	2,33%
IPC-FIPE	0,50%	4,38%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	33.758
2022	159.428
2023	18.583
2024	17.749
Após 2024	34.917
<b>Total</b>	<b>264.435</b>

## 17. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2020
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	138.167	275.000	-	2.123	-	-	415.290
IPCA	100.241	-	(1.700)	2.751	-	-	101.292
<b>Gastos com captação</b>	<b>(2.098)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>158</b>	<b>(653)</b>	<b>-</b>	<b>(2.593)</b>
Marcação a mercado	11.662	-	-	-	-	(4.642)	7.020
<b>Total do custo</b>	<b>247.972</b>	<b>275.000</b>	<b>(1.700)</b>	<b>5.032</b>	<b>(653)</b>	<b>(4.642)</b>	<b>521.009</b>
Circulante	31.253						32.740
Não circulante	216.719						488.269

	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	88.283	50.000	(7.363)	7.247	-	-	138.167
IPCA	96.374	-	(4.613)	8.480	-	-	100.241
<b>Gastos com captação</b>	<b>(2.322)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>530</b>	<b>(306)</b>	<b>-</b>	<b>(2.098)</b>
Marcação a mercado	5.687	-	-	-	-	5.975	11.662
<b>Total do custo</b>	<b>188.022</b>	<b>50.000</b>	<b>(11.976)</b>	<b>16.257</b>	<b>(306)</b>	<b>5.975</b>	<b>247.972</b>
Circulante	1.981						31.253
Não circulante	186.041						216.719

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	31/03/2020	31/12/2019						
Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	10.791	10.117	15/06/2017	9.333 / 9.333	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	1,90%
Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	9.688	9.083	15/06/2017	8.376 / 8.376	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	1,92%
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	7.986	7.511	15/10/2017	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	1,63%
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	1.490	1.400	15/10/2017	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	1,69%
Debêntures 5ª Emissão 3ª Série	2.779	2.609	15/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	1,78%
Debêntures 5ª Emissão 4ª Série	88.986	88.283	15/10/2017	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Annual após out/20	1,09%
Debêntures 6ª Emissão	68.558	65.654	15/09/2018	65.000 / 65.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Annual após set/23	1,78%
Debêntures 7ª Emissão	50.742	-	10/06/2019	50.000 / 50.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	1,19%
Debêntures 8ª Emissão	275.562	-	15/02/2020	275.000 / 275.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	1,25%
Custo de captação incorrido na contratação	(2.593)	(2.322)						
Marcação à Mercado de Dívida	7.020	5.687						
<b>Total</b>	<b>521.009</b>	<b>188.022</b>						

Em 15 de fevereiro de 2020 a Companhia efetuou a 8ª Emissão de Debêntures em moeda corrente, no valor de R\$275.000, com vencimento em fevereiro de 2023 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano. Os recursos serão utilizados no fortalecimento do capital de giro da Companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A.

## Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às informações financeiras relativas aos períodos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

## Vencimentos

Em 31 de março de 2020 as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	28.484
2022	47.546
2023	299.096
2024	85.925
Após 2024	27.218
<b>Total</b>	<b>488.269</b>

## 18. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Juros	Saldo em 31/03/2020
Arrendamentos operacionais - Imóveis	5	8,89%	1.992	(105)	15	1.902
<b>Total</b>			<b>1.992</b>			<b>1.902</b>
Circulante			621			732
Não circulante			1.371			1.170

Em 31 de março de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2020
2021	443
2022	247
2023	99
2024	100
Após 2024	281
<b>Total</b>	<b>1.170</b>

## 19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	42.464	42.045
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.266	1.269
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	5.599	2.262
Contribuições ao PIS e a COFINS	10.578	10.395
Encargos sociais	1.994	2.408
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	306	506
Imposto sobre Serviços - ISS	158	495
Outros	3.206	3.408
<b>Total</b>	<b>65.571</b>	<b>62.788</b>
Circulante	48.475	46.979
Não circulante	17.096	15.809

(\*) inclui R\$15.276 (R\$14.005 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 5).

## 20. Encargos setoriais

	31/03/2020	31/12/2019
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	404	426
Ministério de Minas e Energia - MME	202	213
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	2.868	2.557
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.224	11.536
Programa de Eficiência Energética - PEE	7.941	7.624
<b>Total</b>	<b>23.639</b>	<b>22.356</b>
Circulante	14.040	10.248
Não circulante	9.599	12.108

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscal.

### Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com

razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>25.435</b>	<b>12.167</b>	<b>37.602</b>	<b>31.431</b>
Constituições de provisões	2.174	1.499	3.673	21.606
Reversões de provisões	(1.293)	(1.757)	(3.050)	(2.028)
Pagamentos realizados	(205)	(512)	(717)	(14.309)
Atualização monetária	218	100	318	902
<b>Saldos finais - não circulante - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>26.329</b>	<b>11.497</b>	<b>37.826</b>	<b>37.602</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)			(11.682)	(11.959)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$28.325 (R\$28.075 em 31 de dezembro de 2019). Desse total, R\$16.643 (R\$16.116 em 31 de dezembro de 2019) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perdas ser possível ou remoto.

#### Trabalhistas:

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, incorporação da Participação nos Lucros, indenizações, diferença de FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

#### Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

#### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018</b>	<b>20.418</b>	<b>76.970</b>	<b>355.569</b>	<b>452.957</b>	<b>409.847</b>
Novos processos	69	3.854	-	3.923	61.324
Mudança de prognósticos e valor pedido	(177)	(17)	-	(194)	(27.735)
Encerramento	(457)	(3.572)	-	(4.029)	(11.595)
Atualização monetária	181	693	3.710	4.584	21.116
<b>Saldo final - 31/03/2020 e 31/12/2019</b>	<b>20.034</b>	<b>77.928</b>	<b>359.279</b>	<b>457.241</b>	<b>452.957</b>

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

### Trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, referem-se a discussões envolvendo horas extras, complementação de adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

### Cíveis:

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura de energia elétrica; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia, reclamação consumo, indenização por Danos Morais e materiais, entre outros.

### Fiscais

As ações de natureza fiscais, referem-se à discussões sobre a incidência do ICMS, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras.

### Principais processos:

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$194.037 (R\$192.033 em 31 de dezembro de 2019), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$78.608 (R\$77.797 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE, teve em dezembro de 2019 o valor pedido alterado, baseado em parecer de risco emitido pelos juristas contratados, recebido em agosto de 2019.

. Auto de Infração 20194243 com montante envolvido de R\$35.125 (R\$34.763 em 31 de dezembro de 2019), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de venda de energia elétrica aos órgão da administração pública direta e suas fundações e autarquias, recebido em agosto de 2019.

## 22. Patrimônio líquido

### 22.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$417.604 (R\$417.604 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 22.2. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 629, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada para o período de 2012 a 2021, através do ofício SUDENE nº 2.040/2012 - Laudo Constitutivo nº 205/2012 - Despacho Decisório nº 126-DRF/ASJU de 04 de março de 2013, que impõe algumas obrigações e restrições:

- a) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- b) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos, com aprovação em AGO/AGE; e
- c) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No período findo em 31 de março de 2020, a Companhia apurou R\$7.022 (R\$26.841 em 31 de dezembro de 2019) de redução de imposto de renda.

### 22.3. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019, apurados no balanço levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$29.601, equivalentes a R\$151,40536100 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 26 de março de 2020, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2020.

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados no balanço levantado pela Companhia até 29 de fevereiro de 2020, no montante de R\$22.230, equivalentes a R\$113,7023256729 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados no dia 07 de abril de 2020, com base na posição acionária da Companhia em 25 de março de 2020.

## 23. Receita operacional

	31/03/2020			31/03/2019		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	713.664	306.587	216.628	704.295	288.633	196.905
Industrial	968	46.789	25.977	964	46.999	25.921
Comercial	45.114	128.469	95.921	44.544	135.358	96.789
Rural	23.077	38.091	14.842	22.408	35.164	12.694
Poder público	5.440	36.240	21.203	5.449	36.571	20.777
Iluminação pública	883	49.640	15.497	846	47.964	14.317
Serviço público	1.395	56.713	20.602	1.361	52.670	18.191
Consumo próprio	98	718	-	98	742	-
<b>Subtotal</b>	<b>790.639</b>	<b>663.247</b>	<b>410.670</b>	<b>779.965</b>	<b>644.101</b>	<b>385.594</b>
Suprimento de energia a concessionárias	2	125.086	31.050	2	113.831	81.029
Fornecimento não faturado líquido	-	5.241	2.772	-	9.526	6.512
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	73	-	15.845	54	-	15.968
Receita de construção da infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	18.793	-	-	14.628
Penalidades Regulatórias	-	-	(827)	-	-	(777)
Outras receitas operacionais	-	-	2.946	-	-	3.366
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	2.529	-	-	5.182
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(17.884)	-	-	(6.926)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	20.494	-	-	22.320
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>790.714</b>	<b>793.574</b>	<b>486.388</b>	<b>780.021</b>	<b>767.458</b>	<b>526.896</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	93.806	-	-	87.670
PIS	-	-	7.598	-	-	7.840
COFINS	-	-	34.995	-	-	36.115
ISS	-	-	111	-	-	134
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT <sup>(2)</sup>	-	-	800	-	-	(2.508)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.241	-	-	1.398
Encargos de consumidor - Procel	-	-	310	-	-	350
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	12.658	-	-	22.311
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	621	-	-	700
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	621	-	-	700
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	310	-	-	350
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	457	-	-	418
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.528</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>155.478</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>790.714</b>	<b>793.574</b>	<b>332.860</b>	<b>780.021</b>	<b>767.458</b>	<b>371.418</b>

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2020 foram de R\$1.308 (R\$29 em 31 de março de 2019), tendo repassado da CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$800 (R\$2.508 em 31 de março de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$508 (R\$2.537 em 31 de março de 2019).

## 24. Custo de energia elétrica

	MWH <sup>(1)</sup>		Energia elétrica comprada p/revenda R\$	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Energia de leilão	618.253	589.083	129.397	132.915
Energia bilateral	32.127	33.334	9.066	8.029
Cotas de Angra REN 530/12	26.156	26.201	7.553	5.899
Energia de curto prazo - CCEE	-	1.561	10.199	67.094
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória ANEEL nº 1.410/2013	218.541	228.202	23.654	24.335
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	15.425	15.331	4.717	5.748
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(16.255)	(14.657)
<b>Total</b>	<b>910.502</b>	<b>893.712</b>	<b>168.331</b>	<b>229.363</b>

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 25. Lucro por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação).

	31/03/2020	31/03/2019
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período	39.590	40.346
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	195	195
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária (*)</b>	<b>203,00</b>	<b>206,00</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento

## 26. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio anual	
			31/03/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	372	370
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	311	311
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360 /veículo	129	129
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/01/2021	54.532	147	130
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	22	11
Transporte Nacional	04/04/2021	Até R\$2.000 / transporte	8	3
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	1	1
			<b>990</b>	<b>955</b>

## 27. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivas perdas no resultado do período de R\$2.529 (R\$5.182 em 31 de março de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		36.163	36.163	62.398	62.398
Consumidores e concessionárias		367.663	367.663	354.585	354.585
Ativos financeiros setoriais		78.594	78.594	105.163	105.163
		<b>482.420</b>	<b>482.420</b>	<b>522.146</b>	<b>522.146</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	108.463	108.463	106.991	106.991
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	476.665	476.665	466.695	466.695
Instrumentos financeiros derivativos	2	86.277	86.277	105.041	105.041
		<b>671.405</b>	<b>671.405</b>	<b>678.727</b>	<b>678.727</b>

PASSIVO	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		102.158	102.158	120.668	120.668
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.000.091	1.020.953	1.017.061	1.016.685
Arrendamentos operacionais		1.902	1.902	1.992	1.992
Passivo financeiro setoriais		70.187	70.187	79.435	79.435
		<b>1.174.338</b>	<b>1.195.200</b>	<b>1.219.156</b>	<b>1.218.780</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	219	219	7.150	7.150
		<b>219</b>	<b>219</b>	<b>7.150</b>	<b>7.150</b>

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do câmbio além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 31 de março de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$4.642 (R\$2.122 em 31 de março de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2020, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2020, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.421 (R\$9.375 em 31 de março de 2019) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado

financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	31/03/2020	31/12/2019
Dívida (a)	1.000.091	1.017.061
Caixa e equivalentes de caixa	(36.163)	(62.398)
<b>Dívida líquida</b>	<b>963.928</b>	<b>954.663</b>
Patrimônio líquido	343.176	355.372
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>2,81</b>	<b>2,69</b>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 17.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		90.758	-	-	-	11.400	102.158
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	3,82%	29.509	222.608	443.341	432.482	92.356	1.220.296
Instrumentos Financeiros Derivativos		(855)	(69.063)	(5.690)	(6.171)	(4.279)	(86.058)
<b>Total</b>		<b>119.412</b>	<b>153.545</b>	<b>437.651</b>	<b>426.311</b>	<b>99.477</b>	<b>1.236.396</b>

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses

valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	36.163	62.398
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	108.463	106.991
Consumidores e concessionárias	5	367.663	354.585
Ativos financeiros setoriais	8	78.594	105.163
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	476.665	466.695
Instrumentos financeiros derivativos	27	86.277	105.041

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2020 com alta de 28,98% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,1987/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2020 era de 37,84%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 foi de 10,37%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2020, excluído os efeitos dos custos a apropriar, o montante de R\$1.002.977 (R\$1.019.492 em 31 de dezembro de 2019), R\$200.213 (R\$485.631 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16 e 17. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar têm custo de até libor mais 1,30% ao ano e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em setembro de 2021.

Em 31 de março de 2020 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Ativo circulante	70.137	683
Ativo não circulante	16.140	104.358
Passivo circulante	219	7.150

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos escritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	34.321	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,48%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	3.612	(LIBOR + 1,30%) x 117,65%	CDI + 0,85%	13/09/2021	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,12%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	125.000	400.400	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(198.696)	(485.586)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	198.696	485.586
Swap Cambial (Derivativo)	125.000	400.400	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(126.020)	(404.582)
			Posição Líquida Swap	72.676	81.004
			Posição Líquida Dívida + Swap	(126.020)	(404.582)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2020	31/12/2019		31/03/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)	93.635	93.635	Taxa Pré-Fixada	(108.078)	(112.150)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	108.073	112.147
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	93.635	93.635	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(94.691)	(95.260)
			Posição Líquida Swap	13.382	16.887
			Posição Líquida Dívida + Swap	(94.696)	(95.263)

O valor justo dos derivativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(125.000)		(93.578)	(135.396)	(177.215)
Variação Dívida	-		31.422	(10.396)	(52.215)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	198.696		167.274	209.092	250.911
Variação - USD e LIBOR	-		(31.422)	10.396	52.215
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(126.020)	Alta US\$	(126.020)	(126.020)	(126.020)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>72.676</b>		<b>41.254</b>	<b>83.072</b>	<b>124.891</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(52.324)</b>		<b>(52.324)</b>	<b>(52.324)</b>	<b>(52.324)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2020, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$52.324 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$52.324 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2020, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - IPCA	(93.635)		(93.635)	(93.635)	(93.635)
<b>Variação Dívida</b>	-		-	-	-
Swap de Juros					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros					
Derivativos - Pré	108.073		108.073	108.073	108.073
<b>Variação - Taxa de Juros</b>	-		-	-	-
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros					
Derivativos - CDI	(94.691)		(94.691)	(100.051)	(105.378)
<b>Variação - CDI + TJLP</b>	-	Alta	-	(5.360)	(10.687)
<b>Subtotal</b>	<b>13.382</b>	CDI	<b>13.382</b>	<b>8.022</b>	<b>2.695</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(80.253)</b>		<b>(80.253)</b>	<b>(85.613)</b>	<b>(90.940)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,01%, TJLP = 1,25% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	128.311	Alta CDI	4.388	5.485	6.582
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(126.020)	Alta CDI	(4.310)	(5.388)	(6.465)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(568.591)	Alta CDI	(19.446)	(24.308)	(29.169)
	(108.312)	Alta IPCA	(574)	(718)	(861)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(802.923)</b>		<b>(24.330)</b>	<b>(30.414)</b>	<b>(36.495)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(674.612)</b>		<b>(19.942)</b>	<b>(24.929)</b>	<b>(29.913)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de março de 2021 (3,42% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2020 e IPCA 0,53% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$200.054.

## Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 28. Benefícios pós emprego

### 28.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, dois na modalidade de benefício definido, sendo um saldado, e dois de contribuição definida, estando apenas um plano aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Três planos de benefícios previdenciários são mantidos pela Energisa SE e são administrados pelo INERGUS - Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefícios Energisa CD patrocinado pela Energisa SE é administrado pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar

A Companhia firmou com o INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R\$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS - PS. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R\$85 atualizado pela Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga. O saldo em 31 de março de 2020 é de R\$12.432 (R\$12.520 em 31 de dezembro de 2019), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 16).

Tendo em vista o déficit atuarial recorrente que o plano BD apresentava desde 2014, a Energisa SE implementou em 2018 um programa de incentivo a migração de participantes desse plano para o plano CD, mediante aporte de recursos no plano de destino em volume correspondente à recomposição das reservas matemáticas individuais do interessado, incluindo acordos quando da existência de processos judiciais. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018.

O programa obteve adesão de 78% dos participantes, correspondendo a 67% das Reservas Matemáticas. A Energisa SE aportou no plano CD de destino R\$127.118 através de contrato de financiamento, com prazo de 90 meses, corrigidos por IPCA + 5,78% a.a. ou valorização das quotas, o que for maior, registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 16).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia firmou com o INERGUS contrato de financiamento de reservas de migração e outras avenças no montante de R\$127.118, composto pela parcela do déficit atuarial do Plano BD-1, do valor do incentivo à migração, de R\$94.783 que, afeta aos participantes, assistidos e beneficiários que formalizaram a opção pela migração ao PCD INERGUS, e pelo adiantamento ao Plano BD-1 no valor de R\$32.335, devido à iliquidez de determinados ativos que deveriam ser transferidos ao Plano PCD. O valor da dívida foi pago uma parcela de R\$3.000 em janeiro de 2019 e o saldo, parcelado em 89 parcelas mensais e sucessivas com vencimento no dia 15 de cada mês, sendo a primeira devida no dia 15 de fevereiro de 2019 e a última com vencimento em 15 de junho de 2026.

O saldo em 31 de março de 2020 é de R\$105.850 (R\$110.200 em 31 de dezembro de 2019), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 16).

No período findo em 31 de março de 2020 para o plano de benefício definido (BD) temos registrado na demonstração de resultado na rubrica entidade de previdência privada como ajuste atuarial o montante de R\$1.364 (R\$1.367 em 31 de março de 2019), reconhecidos com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

O plano de benefícios de contribuição definida (CD), único aberto ao ingresso de novos participantes, administrado pela EnergisaPrev-Fundação Energisa de Previdência, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

No período findo em 31 de março de 2020 a despesa de patrocínio desses planos foi de R\$668 (R\$684 em 31 de março de 2019), registrado na rubrica de entidade de previdência privada.

## 28.2 Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$4.019 (R\$4.430 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios pós emprego - plano de pensão no passivo circulante (R\$548 em 31 de dezembro de 2019) e no não circulante R\$4.019 (R\$3.882 em 31 de dezembro de 2019).

No período findo em 31 de março de 2020, as despesas com o prêmio de aposentadoria foram de R\$137 (R\$214 em 31 de março de 2019).

## 28.3 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Central Nacional Unimed - CNU e SulAmérica). No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano conforme legislação, desde que assumam a totalidade do custeio. No período findo em 31 de março de 2020 as despesas com os planos de saúde foram de R\$1.249 (R\$1.828 em 31 de março de 2019). Inclui R\$358 (R\$370 em 31 de março de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

## 29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia (*)				
	2020	2021	2022	2023	Após 2023
2020 a 2054	408.989	511.231	462.981	517.342	8.861.922

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 31 de março de 2020 e foram homologados pela ANEEL.

### 30. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2020	31/12/2019
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	7.723	39.968
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	2.529	15.342
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	5.621	7.653
Arrendamento mercantil - CPC 06(R2)	-	2.554
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	5.621	7.653
Intangível - CPC 06(R2)	-	2.554
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	377

### 31. Eventos subsequentes

#### 31.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de abril e maio de 2020, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

#### 31.2. Reajuste tarifário

Em 20 de abril de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.678 e Nota Técnica nº 45/2020-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário, em vigor a partir de 22 de abril de 2020. No entanto, considerando o momento atual de crise devido à COVID-19, o reajuste tarifário foi suspenso a pedido da Companhia para o período de até 30 de junho de 2020, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE dos próximos três meses em iguais montantes financeiros. O impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 1,20%.

#### 31.3. Liberação de recursos - Despacho Aneel nº 986 de 07 de abril de 2020

Em 08 de abril de 2020 a ANEEL através do Depacho n° 986 determinou a CCEE que: (i) efetuasse repasse aos agentes de mercado detentores de consumo os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, em sua totalidade e na proporção do consumo líquido dos últimos 12 meses de cada agente, utilizada para restituição de montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER), referente a última contabilização realizada; (ii) na operacionalização da liberação deverão ser retidos os valores inadimplidos por cada agente na última liquidação do Mercado de Curto Prazo os quais serão caucionados para abatimento do débitos na próxima liquidação; e (iii) ao longo do ano de 2020 operacionalize o disposto nos itens (i) e (ii) sempre que houver saldo positivo no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Os montantes liberados naquela data foram de R\$12.388.

#### 31.4. Ataque Cibernético

Os sistemas computacionais da Companhia sofreram ataque cibernético de hackers no final do dia 28 de abril de 2020, causando interrupção parcial e temporária nas operações da Companhia, sem no entanto, impactar o fornecimento de energia elétrica, muito embora o sistema de atendimento tenha operado com alguma contingência. A Companhia agiu rapidamente para a solução do problema acionando os planos de contingências e demais protocolos de segurança objetivando minimizar os impactos desta ação. Atualmente, os sistemas da Companhia estão progressivamente retornando a sua normalidade e ações para neutralizar novos ataques cibernéticos foram implementadas. O evento não proporcionou qualquer impactado na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcílio Marques Moreira**  
Conselheiro Independente

**Omar Carneiro da Cunha Sobrinho**  
Conselheiro Independente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Sérgio Alves de Souza**  
Conselheiro

**Maurício Perez Botelho**  
Suplente

## Diretoria Executiva

---

**Roberto Carlos Pereira Currais**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**Fernando Cezar Maia**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Juliano Ferraz de Paula**  
Diretor Técnico e Comercial

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

**Rosilda Regis Vieira da Costa**  
Contadora  
CRC-PB - 003764/O

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.  
Aracaju - SE

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9